SUFRAMA

SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **4 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 16 de julho de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO
Mercosul se tornou fonte de incertezas 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO
Governo quer reduzir área de floresta conservada 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

JORNAL DO COMMERCIO RJ
Sem LDO, exportadores perdem recursos do Proex 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ONLINE
Governo prevê caos na indústria sem MPs 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

SUFRAMA
SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

VEÍCULO		EDITORIA
O ESTADO DE SÃO PAULO		
TÍTULO		
Mercosul se tornou fonte de incertezas		
ORIGEM	ENFOQUE	VEICULAÇÃO
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	DE INTERESSE	NACIONAL

GUSTAVO LOYOLA

O vexatório episódio da admissão da Venezuela no Mercosul é apenas mais um dos sintomas do quadro de decadência acelerada do experimento de integração sul-americana.

Por culpa principalmente da Argentina, mas também do Brasil, o que deveria ser uma união aduaneira tornou-se um ente amorfo, cada vez menos relevante para o **desenvolvimento** dos seus países-membros. Ao contrário, do modo em que está, o **Mercosul** passou a ser um ônus e fonte permanente de incertezas para os empresários e investidores da região.

Desde o começo, a Argentina tem desempenhado um papel perturbador no bloco. Porém, no período recente da administração de Cristina Kirchner, sua política econômica esquizofrênica e errática vem abalando todos os princípios que deveriam nortear uma união aduaneira.

Os argentinos impõem a seu belprazer restrições comerciais - tarifárias e não tarifárias - que diretamente afetam os membros do **Mercosul**, além de des respeitarem seguidamente o princípio da tarifa externa comum que deveria ser regra no bloco.

Parece cada vez mais óbvio que o sucesso de qualquer experiência de integração econômica mais profunda - como é o caso do **Mercosul**- requer necessariamente que os países-membros pratiquem políticas macroeconômicas responsáveis e tenham instituições político-jurídicas que deem o mínimo de segurança às relações econômicas.

Ou seja, é preciso um mínimo de **desenvolvimento** institucional comum aos países que participam da experiência de integração.

Vale dizer que o problema não é tanto de os países do bloco acordarem entre si procedimentos de exceção para lidar com crises específicas nas economias da região, assim como tampouco é problema a existência de mecanismos de convergência que temporariamente não se ajustem ao figurino modelo de um **mercado** comum. O que vem ferindo de morte o **Mercosul** são iniciativas protecionistas unilaterais, notadamente da Argentina, que perturbam os negócios entre os países do bloco, afetando principalmente os interesses brasileiros.

Lastimavelmente, o governo argentino, com seu viés autoritário e intervencionista, vem enfraquecendo as instituições do país vizinho, com repercussões negativas no **Mercosul**.

Porém a crise do bloco não deve ser integralmente debitada na conta da Argentina. O **Brasil** também tem suas responsabilidades.

Embora se reconheça a existência de assimetrias relevantes entre as economias brasileira e argentina, o comportamento do nosso governo historicamente tem sido o de excessiva tolerância às infrações unilaterais argentinas aos princípios e normas do **Mercosul**. Com isso, foram reforçados os incentivos para a continuidade de tal tipo de postura, o que ao longo do tempo acabou por levar o bloco a se distanciar ainda mais de seus objetivos iniciais de integração e de coordenação econômica.

Além disso, recentemente, o governo Dilma embarcou de vez numa agenda protecionista que acaba por justificar os piores excessos cometidos por Buenos Aires, sob o pretexto de proteger a indústria instalada no Brasil.

Ocorre que as debilidades da indústria brasileira jamais serão resolvidas com o aumento da proteção à **produção** doméstica.

Ao contrário, tal agenda acaba por afetar de forma negativa os investimentos e a competitividade, principalmente por aumentar as incertezas sobre o futuro, tendo em vista o caráter "ad hoc" e transitório das práticas protecionistas políticas.

Quanto ao **Mercosul**, o protecionismo por parte da mais **importa**nte economia da região tenderá a se propagar de forma amplificada para os demais países membros, corroendo ainda mais os mecanismos de integração.

Adicionalmente, com tais políticas, torna-se difícil, se não impossível, o fechamento de acordos comerciais com outros blocos, como a Comunidade Europeia.

As desavenças recorrentes entre os países do **Mercosul**, notadamente as de cunho comercial entre **Brasil** e

Argentina,aconselhariam que seus governos estivessem mais preocupados com a consolidação do bloco, principalmente pelo fortalecimento de suas instituições, do que com o ingresso de novos países, por mais relevantes que sejam. No caso do ingresso venezuelano, sua inoportunidade é ainda mais gritante, considerando as péssimas instituições existentes naquele país, cujo regime político não pode ser considerado como democrático e cuja economia não pode ser considerada como de **mercado**. Muita ginástica mental é necessária para identificar algum mínimo benefício que a Venezuela de Chávez possa trazer neste momento ao bloco.

Ao contrário, com sua ideologia ultrapassada e autoritária, a Venezuela será mais um elemento de perturbação do funcionamento do bloco.

Corroído pelo protecionismo, pelas más políticas macroeconômicas da Argentina e pelo viés ideológico crescente demonstrado na admissão equivocada da Venezuela, o **Mercosul** enfrenta no momento a sua pior crise. Tomara que não estejamos vendo a sua agonia.

DOUTOR EM ECONOMIA PELA EPGE/ FGV, SÓCIO-DIRETOR DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA INTEGRADA, EM SÃO PAULO, FOI PRESIDENTE DO BC DO **Brasil**

Enfrenta no momento a sua pior crise. Tomara que não estejamos vendo a sua agonia

VEÍCULO
O ESTADO DE SÃO PAULO

EDITORIA

TÍTULO

Governo quer reduzir área de floresta conservada

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

A presidente Dilma Rousseff estuda tirar um pedaço da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim de até três vezes o tamanho da cidade de São Paulo para resolver a disputa de terras na região. Criada em 2006, a área de 1,3 milhões de hectares é a maior de um conjunto de unidades de conservação no sul do Pará que ajudaria a conter o avanço das motoserras na **Amazônia**. Ambientalistas veem na proposta o início do desmanche das unidades de conservação, cujo ritmo de criação despencou desde o início do governo Dilma. A Flona do Jamanxim abriga pastagens degradadas, além da **produção** de café, milho e arroz, onde, por lei, a única atividade econômica deveria ser o uso sustentável de produtos da floresta

Governo estuda reduzir área da maior Floresta Nacional em até 1/3

Na busca de solução para disputa de terras na região, a presidente Dilma Rousseff pode tirar um pedaço da Flona do Jamanxim de até três vezes o tamanho da cidade de São Paulo

Marta Salomon, de O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - No início de 2006, um decreto do então presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva criou a Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, a maior de um conjunto de unidades de conservação no sul do Pará que ajudaria a conter o avanço das motosserras na **Amazônia**. Pouco mais de seis anos depois, o governo de Dilma Rousseff estuda tirar um pedaço da Flona de até três vezes o tamanho da cidade de São Paulo para resolver a disputa de terras na região.

A decisão tem tudo para se tornar histórica. Mais do que a terça parte da maior Floresta Nacional do País, de pouco mais de 1,3 milhão de hectares, está em jogo o destino da política de combate ao desmatamento na **Amazônia**. Ambientalistas certamente verão nela o início do desmanche das unidades de conservação, cujo ritmo de criação despencou desde o início do governo Dilma.

O problema é um pouco mais complicado. Grande parte das unidades de conservação criadas nos últimos anos não concluiu o processo de regularização das terras. Há bilhões de reais em indenizações a serem pagas. A reivindicação por terras no interior dessas áreas de proteção que implica em redução das unidades de conservação pode chegar a 1 milhão de hectares apenas no sul do Pará, segundo estimativas preliminares.

"Há situações a serem corrigidas", diz a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. "Mas é preciso separar o joio do trigo, para ver quem tem direito à posse da terra e quem a ocupou ilegalmente, para especular e desmatar. Há muito interesse de grilagem na região."

O assunto está em estudo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), subordinado ao **Ministério**, e deve ser levado ao gabinete da presidente (mais informações nesta página). Enquanto a decisão não sai, a Flona do Jamanxim abriga rebanhos e pastagens degradadas, além da **produção** de café, milho e arroz onde, por lei, a única atividade econômica deveria ser o uso sustentável de produtos da floresta.

Ameaças. Em maio deste ano, segundo dados mais recentes de desmatamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da **Amazônia** (Imazon), a Jamanxim perdeu 1 km² de floresta - o segundo maior abate de árvores detectado em unidades de conservação no mês. No final do governo Lula, houve duas Operações Boi Pirata dentro da Flona, na tentativa de conter o desmatamento ilegal na unidade. Nessas operações, os animais eram apreendidos pelo governo e depois leiloados.

"Temos uma **produção** diversificada", diz Nelci Rodrigues, uma das líderes do movimento para excluir áreas de **produção** da Flona. Paranaense, ela ocupa um terreno de 2,4 mil hectares, mas sustenta que apenas ocupações até 1,1 mil hectares devem ser reconhecidas, de acordo com o limite da lei de regularização fundiária na **Amazônia**.

Lobby. Ocupantes da Jamanxim contam com um forte lobby no Congresso, ao qual aderiram parlamentares da base de apoio do governo. O deputado Zé Geraldo (PT-PA) passou de defensor da criação da Flona a advogado da redução da área.

"Foi um remédio amargo, necessário na época, para conter a grilagem desenfreada e a frente de desmatamento", sustenta o deputado. Ele calcula que cerca 500 famílias

deveriam ter suas posses reconhecidas. Ainda pelos seus cálculos, a área no interior da unidade cuja ocupação deveria ser reconhecida alcança 600 mil hectares - quase metade do território da Jamanxim.

Documento encaminhado à ministra Izabella Teixeira pela advogada dos ocupantes da Flona, Samanta Pineda, alega que as pessoas que reivindicam a posse da terra foram atraídas pelo próprio **Governo Federal** a ocupar a **Amazônia**, nos anos 1970. "A inauguração da BR-163 era a concretização da promessa de que a região realmente seria foco dos recursos para o **desenvolvimento**", afirma no texto.

Várias unidades de conservação no sul e oeste do Pará foram criadas para evitar a expansão do desmatamento após o asfaltamento da rodovia, que liga Cuiabá a Santarém.

VEÍCULO
JORNAL DO COMMERCIO RJ

EDITORIA

TÍTULO

Sem LDO, exportadores perdem recursos do Proex

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

RENATA VERÍSSIMO

O ministro interino do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Alessandro Teixeira, alertou que, sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), as empresas **exporta**doras continuarão sem recursos do principal instrumento público de apoio às **exporta**ções - o Programa de Financiamento à **Exporta**ção (Proex). "Se não tivermos a votação, vamos ter um problema muito sério. Já têm várias empresas precisando de dinheiro para embarcar os produtos e não tem como", afirmou o ministro.

Teixeira disse que também é **importa**nte que o Congresso vote as duas Medidas Provisórias criadas para as ações anunciadas no Plano **Brasil** Maior, a política industrial e de **comércio** exterior do governo Dilma. "Seria de muito mau tom, seja qual for o problema que o Congresso tenha, a não aprovação destas medidas. Isso não é um desgaste só para o governo. É penalizar a sociedade e o setor produtivo brasileiro. E no momento que o mundo inteiro está em crise, eu diria que seria uma irresponsabilidade", afirmou.

A oposição tem obstruído a votação das MPs 563 e 564 e da LDO, o que tem preocupado o governo. Na quinta-feira, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já havia destacado a urgência na aprovação das medidas que são consideradas pelo governo como fundamentais para enfrentar os efeitos da crise externa. "Estamos com três coisas super**importa**ntes que são estruturantes. Nem são do governo. São do Brasil", destacou.

Esforço de caixa

Desde o mês passado, as empresas deixaram de ter acesso ao Proex, programa operado pelo Banco do **Brasil** com recursos do Tesouro Nacional. O governo está aumentando os recursos previstos para este ano por meio de uma mudança na LDO. O reforço de caixa foi anunciado junto com as medidas do **Brasil** Maior, em abril. Para o Proex Financiamento, há a previsão de mais R$ 800 milhões, o dobro do orçamento inicial. Para o Proex Equalização, a suplementação é de R$ 445 milhões, atingindo R$ 1 bilhão para este ano. "Dada a necessidade de não deixar cair as **exporta**ções, é imperativo a aprovação disso", disse Teixeira.

A pressão do Executivo fez com que o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), convocasse os parlamentares para sessões de hoje e amanhã. Se a LDO for aprovada, as MPs ainda terão validade até o dia 15 de agosto, em função do recesso parlamentar. No entanto, o Executivo não quer esperar.

"Para o governo, elas precisam ser aprovadas segunda ou terça-feira. Todas estas medidas estão garantindo em certa medida o crescimento e a sustentação da economia e de muitos setores", disse Teixeira. "Eu acredito que vai dar certo. Eu sei que é um ano difícil, ano eleitoral, mas estas medidas não foram feitas para o governo, foram resultantes de uma discussão com a indústria. Eu tenho certeza que o Congresso brasileiro tem a maturidade de ver isso", afirmou.

O Proex sofreu redução orçamentária em 2012 em relação ao ano passado diante da necessidade de o governo manter a meta de superávit fiscal. Contra a vontade do **MDIC**, o Tesouro cortou os valores sob o argumento de que tem sobrado recursos todos os anos. Este ano, em função da crise que tem dificuldade a captação de financiamentos externos, as empresas estão recorrendo mais ao Proex. Por isso, na verdade, o reforço anunciado no **Brasil** Maior foi praticamente a recomposição do orçamento do programa.

VEÍCULO
VALOR ONLINE

EDITORIA

TÍTULO

Governo prevê caos na indústria sem MPs

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

A não aprovação das medidas provisórias com a segunda fase do plano Brasil Maior, de incentivo à indústria, seria "uma irresponsabilidade", capaz de comprometer as exportações e provocar caos na indústrias, alertou o ministro interino do Desenvolvimento, Alessandro Teixeira, que substitui o ministro Fernando PIMentel, em viagem à Ásia. Teixeira informou que, durante a semana passada, procurou dirigentes de associações, federações e confederações empresariais alarmadas com a demora na aprovação das medidas, a quem pediu ajuda para garantir a votação no Congresso.

"Até a terça-feira, tudo estava tranquilo, mas começaram as obstruções", queixou-se Teixeira, em entrevista ao Valor. "Essa votação não é uma queda de braço entre governo e oposição; é interesse do país", argumentou.

Os incentivos do plano Brasil Maior estão previstos nas MPs 563 e 564. Teixeira informou que, sem a aprovação das medida provisórias, ficam sem efeito programas de redução de impostos como o desconto no IPI dos automóveis e outros bens de consumo, o Reintegra, que devolve a exportadores de setores escolhidos o equivalente uma parcela parte de seu faturamento, e o Reporto, com incentivos a equipamentos portuários, para modernização da infra-estrutura.

O Proex, principal linha de financiamento às exportações do governo, também está ameaçado de paralisação, caso não seja aprovado pedido de suplementação de verbas enviado em abril pelo governo ao Congresso.

"Seria uma crise no setor de exportações", prevê o ministro interino. A falta de recursos para o Proex já era prevista desde o anúncio do orçamento definido pelo Ministério do Planejamento, no fim do ano passado, com verbas 70% inferiores à demanda prevista pelos técnicos do governo. Mas a equipe econômica acreditava ser possível garantir o programa com a suplementação de verbas, que foi anunciada com o plano Brasil Maior.

Teixeira considera impossível avaliar o impacto negativo da falta de aprovação das medidas provisórias do Brasil Maior, que diz ser "muito grande". Associações como a Abit, do setor têxtil, e a Abicalçados, de calçados, e entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) devem apoiar o esforço do governo para obter a votação das medidas provisórias e da suplementação orçamentária ainda nesta semana. "São muitos setores envolvidos, e todos estão muito preocupados", afirmou ele.

"Seria uma irresponsabilidade não votar essas medidas, mas acredito que a Câmara será sensível", disse o ministro interino.